



GRUPO PARLAMENTAR

**Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Administração Pública,
Modernização Administrativa, Descentralização e
Poder Local**

Deputado Fernando Ruas,

Assunto: Audição do Sr. Secretário-Geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), do Sr. Coordenador da Frente Comum, da Sra. Presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), da Sra. Presidente do Conselho Diretivo da ADSE e da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública.

De acordo com uma notícia publicada no dia 2 de fevereiro, com o título “ADSE tenta abrir inscrições a reguladores à margem da lei”, são produzidas algumas insinuações relativas à lista de alargamento das inscrições da ADSE, em específico, *“a lista que foi proposta pelo Conselho Diretivo da ADSE gerou surpresa e contestação, não só pelas entidades que exclui, mas também pelas que inclui: Banco de Portugal, Autoridade da Concorrência (AdC) ou CMVM, entre outros reguladores e, entre muitas outras entidades, uma única direção-geral: a DGS”*.

E, apesar de na audição regimental da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, realizada no mesmo dia, a Sra. Ministra referir por diversas vezes que se trata de uma proposta de lista ainda em análise e não de uma lista final, a matéria não deixa de merecer a preocupação por parte do PSD.

Relembramos que em causa está o acesso a um subsistema que permite aceder aos hospitais e consultórios privados em condições muito favoráveis, já que os benefícios não são apenas para aqueles que descontam 3,5% do seu salário bruto, mas estendem-



GRUPO PARLAMENTAR

se a alguns dos seus familiares, sem qualquer custo adicional.

Deste modo, e dado o tema ser especialmente sensível numa altura em que o Serviço Nacional de Saúde está sobrecarregado e não consegue dar resposta às diversas solicitações, para o Grupo Parlamentar PSD é fundamental o esclarecimento e o acompanhamento desta matéria, de forma a que o Governo não transforme o alargamento das inscrições da ADSE num processo à margem da lei, omissivo, injusto e gerador de dúvidas e incertezas para os trabalhadores da Administração Pública.

Para o PSD, é imperativo que o Governo apresente uma proposta clara, objetiva, transparente e justa para todos os beneficiários e futuros beneficiários, nunca pondo em causa a perspectivas de sustentabilidade deste subsistema.

Assim, no âmbito das competências da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, solicitar a Vossa Ex.^a o agendamento de audições, com carácter de urgência, a realizar em Comissão, primeiramente do Sr. Secretário-Geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), do Sr. Coordenador da Frente Comum e da Sra. Presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), depois da Sra. Presidente do Conselho Diretivo da ADSE e para finalizar, da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública.

Palácio de São Bento, 15 de fevereiro de 2021

Os Deputados

Carlos Peixoto (PSD)



GRUPO PARLAMENTAR

Isaura Morais (PSD)

José Cancela Moura (PSD)

Carla Barros (PSD)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Maria Gabriela Fonseca (PSD)

Lina Lopes (PSD)

Alberto Machado (PSD)

Carla Borges (PSD)

Pedro Roque (PSD)